

tema de capa

Texto Marta Martins Silva e Vanessa Fidalgo

As leis que não apagam os fogos

SE A LEGISLAÇÃO PREVENISSE E APAGASSE INCÊNDIOS, NÃO HAVIA UM HECTARE ARDIDO. AS MEDIDAS POR CUMPRIR EM PORTUGAL



Portugal é responsável por mais de metade da área ardida na União Europeia em 2016. Não por falta de legislação, que é imensa e que vai sendo reformulada de cada vez que os governos mudam de cor e que novos ministros se sentam nos gabinetes antigos

prontos a pôr uma cruz sobre o passado e nas medidas dos seus antecessores, numa sucessão de promessas que foram ficando pelo caminho. Com consequências trágicas.

As Faixas de Gestão de Combustível, vulgo limpeza dos terrenos em redor das ha-

bitações de forma a criar uma linha corta-fogo, foram reguladas em 2006, reformuladas em 2009 e continuam a fazer parte do plano de atuais intenções. Se as medidas não fossem cumpridas, tal facto deveria ser comunicado à câmara municipal, que notifi-



A FLORESTA PORTUGUESA CONTINUA SEM INFRAESTRUTURAS DE APOIO AO COMBATE

caria as entidades responsáveis pelos trabalhos e esta seria feita de forma coerciva. “Mas os dados que afligem têm a ver com a chegada dos incêndios e com as casas arderem por não se cumprir a tal regra dos 50 metros de limpeza em redor”, afirma

Paulo Lucas da associação ambientalista Zero.

À falta do idealizado cadastro de propriedade rústica, as terras de ninguém continuam sem ser limpas. Já a Lei de Bases da Política Florestal de 1999 estabelecia planos regionais de ordenamento do

O idealizado cadastro da propriedade rústica continua sem sair do papel

território e falava da necessidade de classificar o espaço florestal. Os sucessivos governos reiteraram a ideia. Mas quase 20 anos depois, continua a falar-se da falta de um cadastro geométrico da propriedade rústica. Aquilo que existe cobre apenas 50 por ▶

tema de capa

► cento do território nacional. O desconhecimento de quem são os donos da floresta impede grandes intervenções. “A propriedade florestal é extremamente fragmentada devido ao desmembramento familiar e à emigração, e era fundamental conhecê-la melhor para se saber o que se pode fazer. Não se pode amar aquilo que não se conhece. O cadastro rústico não terá tanto valor como o registo predial, mas era, hoje em dia, da mesma importância”, diz Fernando Ruas, ex-presidente da Associação Portuguesa de Municípios. “Nunca se separou a propriedade da gestão, criando os tais condomínios da floresta, algo que até poderia ser desenvolvido pelos GIPS (Grupo de Intervenção Proteção e Socorro) no terreno”, refere, por seu turno, António Sousa de Macedo, atual presidente do Colégio de Engenharia Florestal da Ordem

dos Engenheiros e que durante 17 anos foi o responsável pelo gabinete de Planeamento da Direção das Florestas.

Balsas de água

Já não era uma questão nova, mas a 30 de abril de 2014 voltou a legislar-se sobre as infraestruturas florestais necessárias à prevenção e combate, como os pontos de abastecimento de água aéreos e terrestres ou a rede de estradas florestais, algo que também já havia saído da legislação de 2006 e que foi revisto em 2009. Mas quem conhece o terreno diz que esta é uma realidade que pouco passou do papel. “Ainda agora andei por São Pedro do Sule não vi uma única balsa de água, que até deveriam estar identificadas na cartografia”, garante Jaime Marta Soares, presidente da Liga dos Bombeiros.

Mas por onde andam estes

Água

Os pontos de abastecimento de água aéreos e terrestres foram legislados mas nunca saíram do papel.

Fundo

A silvicultura, que foi considerada prioritária em 1999 e que em 2005 teve um fundo de 44,8 milhões, está a desaparecer.

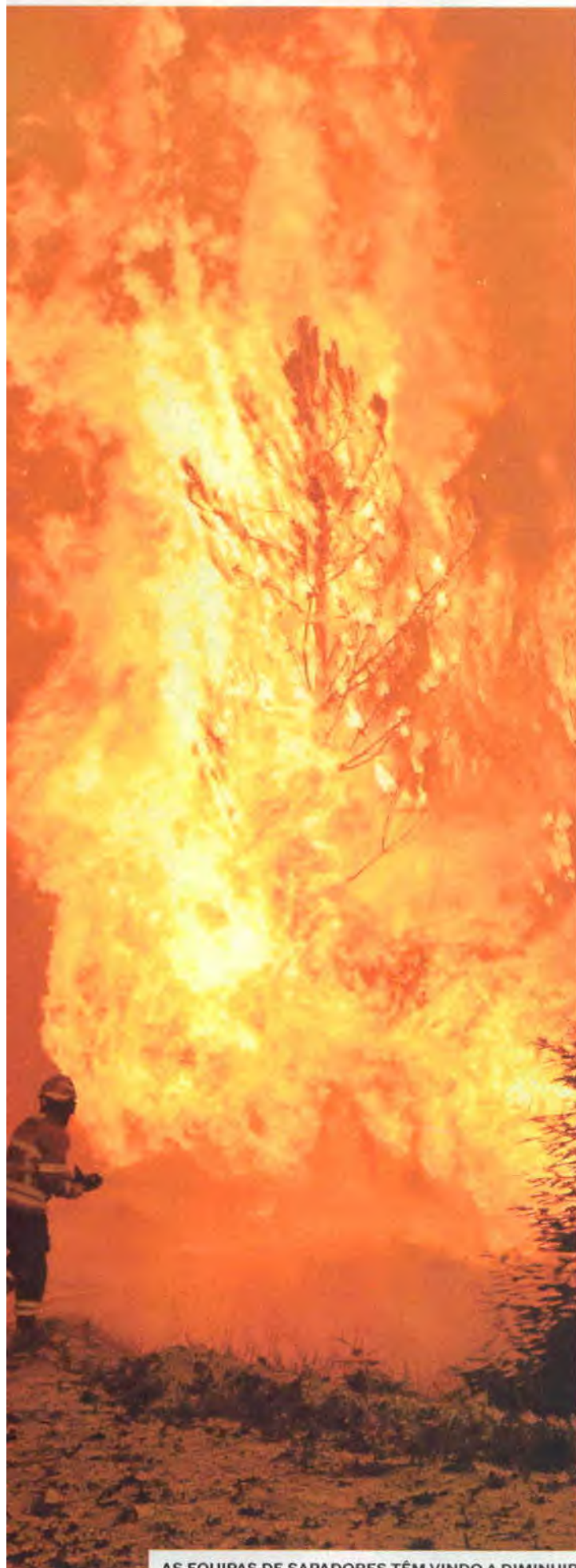
Força Aérea fala em sistema descontinuado



MICHEL FERREIRA DA SILVA/ALUSA

O Estado pagou a uma empresa privada de aluguer de aviões quase cinco milhões de euros – pagos por 1350 horas de voo e divididas entre dois aviões anfíbios Canadair. Um relatório do Grupo de Trabalho para Meios Aéreos empregues em Missões de Interesse Público (divulgado em setembro de 2015) defendia que a aquisição de meios aéreos era mais vantajosa para o Estado. Em comunicado, a Força Aérea esclareceu que “a partir de 1982 operou um sistema modular aplicável à frota C-130H Hércules, denominado MAFFS (Modular Airborne Fire-Fighting System), equipamento que permitia adaptar aquelas aeronaves à realização de missões de combate direto e indireto a incêndios”. Mas que, devido à “reorganização de meios de combate a incêndios, sob a tutela da Autoridade Nacional de Proteção Civil, esse sistema foi descontinuado há cerca de 20 anos e, atualmente, é inexistente.”





AS EQUIPAS DE SAPADORES TÊM VINDO A DIMINUIR

proprietários-fantasma? Nas cidades. Ou lá fora. A fazer outra coisa qualquer que lhes ponha o pão na mesa, coisa que dificilmente conseguiriam se vivessem da sua terra.

Portugal foi um dos líderes mundiais na produção de resina, tendo chegado a produzir 140 mil toneladas em 1984. A entrada na Comunidade Europeia levou à queda dos apoios à produção neste setor, tal como em toda a atividade agrícola. Em 2009, produziram-se apenas 4500 toneladas. Aliás, com a área ardida nos últimos anos “é praticamente impossível voltar a atingir tais valores nos próximos anos”, segundo António Salgueiro da Associação de Produtores de Resina. O mesmo se pode dizer da silvicultura, apesar de a Lei de Bases de 1999 a encarar como prioridade e de Santana Lopes (2005) ter até criado um fundo de 44,8 milhões para financiar a atividade que, no entanto, é cada vez menor.

“Sabe-se o que é preciso fazer mas não se gasta o dinheiro suficiente. Por exemplo, na remuneração das pessoas com atividades complementares como os pastores. É fundamental a presença do gado, pois este alimenta-se de vegetação, bem como haver pessoas na floresta”, frisa Paulo Lucas. Ou, como diz António Sousa Macedo, “uma floresta com valor económico não arde!”

E por falar em valor económico: onde andarão as apregoadas centrais de biomassa?

O concurso da Direção-Geral de Energia e Geologia, lançado em 2006, previa a instalação de 16 centrais que aproveitassem biomassa florestal, mas desde então poucos foram os projetos que saíram do papel. A biomassa tem origem na fotossíntese realizada pelas árvores, onde a utilização de energia solar, água e CO₂ dá origem a compostos orgânicos e oxigénio, e permite produzir eletricidade. ▶

Nos anos de 50 e 60 ardiam, em média, 5000 hectares por ano. Em 1980 arderam 89 000

Entre os anos de 1980 e 2005 arderam mais de 2,7 milhões de hectares em Portugal

Em 1985 a área ardida equivalia a 35% do território. Arderam 149 mil hectares

No ano de 1991 arderam 182 mil hectares. Em agosto já tinham ardido quase 117 mil

tema de capa

► Mas, em todo o território, existem apenas duas: em Ródão e Mortágua.

Prevenção vs combate

Já em Março de 1980, uma proposta de lei veio preconizar a criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) como pilar da prevenção. Mas alegando que isto implicaria a coletivização da floresta, o governo de Sá Carneiro legislou a favor do combate (dec.-lei 327/80). Em 1991, a Lei de Bases da Proteção Civil não fazia qualquer referência à floresta e a Lei de Bases de Política Florestal de 1996, por seu turno, não referenciava a Proteção Civil. Além disso, um artigo previa a criação de uma estrutura nacional e regional para prevenção e combate, que nunca chegou a existir.

A discussão prevenção ou combate mantém-se até hoje. Numa tese de mestrado concluída em 2014, Ascenso Simões (antigo secretário de Estado de António Costa na

pasta da Administração Interna) admitiu que foi “um erro grave” não seguir a mudança de paradigma na prevenção e combate aos incêndios florestais, defendida na proposta técnica entregue ao governo em 2005 pelo ISA (Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios). E apontou razões na tese a que o jornal ‘Público’ teve acesso: “A proposta técnica tinha uma sustentação que a resolução do Conselho de Ministros não viria a adquirir. A iniciativa política mostrou-se voluntarista e descompensou um caminho coerente de intervenção, e manteve-se a opção pelo combate”.

Em 2005, foi ainda discutida a intenção de lançar um concurso público para a compra ou aluguer de meios aéreos de combate aos incêndios, o que gerou alguma polémica pelo seu elevado custo. A realidade dos anos seguintes mostrou um fosso crescente entre os meios financeiros mobilizados para o combate e os que

Em 1980 propuseram-se as Zonas de Intervenção Florestal mas Sá Carneiro deixou-as cair

Em 2005 foi discutida a ideia de lançar um concurso para compra ou aluguer de meios aéreos

têm sido canalizados para a prevenção e reflorestação. “Seria uma frota extraordinária, mas tinha de ser mantida nos outros oito meses do ano em que não há fogos (seguros, manutenção, equipas). É uma medida muito sensível por causa dos seus custos”, afirma Jaime Marta Soares.

Já se o modelo elaborado a pedido de Passos Coelho – que sugeria maior intervenção da Força Aérea (FA) em missões de interesse público, concretamente no combate aos fogos – tivesse avançado, a FA estaria a ser preparada para o combate contra as chamas. Um plano que previa, já em 2016, pelo menos, o envolvimento na vigilância das matas com os C-295.

No mesmo texto, Ascenso Simões – que por se encontrar fora do País esteve indisponível para falar com a Domingo – apontou ainda várias medidas e políticas que foram esquecidas até 2013, como “o Dispositivo de Prevenção Estrutural para a gestão da flo-



resta, os gabinetes técnicos supramunicipais, a nomeação de responsáveis por planos distritais de defesa da floresta, a transformação em equipas sazonais dos técnicos de fogo controlado e a redução em 50% no valor do Fundo Florestal Permanente”.

O programa de criação de equipas de Sapadores Florestais constituiu um dos objetivos prioritários estabelecidos na Lei de Bases de 1996. A medida voltou a sair no Plano Nacional aprovado em 2006 e revisto em 2009. Mas, em 2012, existiam 280 sapadores florestais e agora 267, contrariando o objetivo do atual Governo de chegar aos 500.

Já os guardas-florestais passaram a integrar a GNR, alterando a lógica de proximidade. “Depois de 2003, um ano terrível de incêndios, foi possível reunir um conjunto de medidas positivas como os Gabinetes Técnicos Florestais nas autarquias, o Fundo Florestal permanente ou os GIPS – integrado na Guarda Nacional Republicana – mas houve também uma incapacidade de as implementar no terreno de uma forma musculada”, reconhece António Sousa de Macedo, ex-diretor-geral das florestas.

A reflorestação da área ardida e as características arbóreas da floresta portuguesa são outro problema. “A radiografia à qualidade das nossas florestas não é boa: ou por via de pragas ou doenças, como a do pinheiro-bravo, quer pela redução do montado ou mesmo da queda da produtividade do eucalipto. Era necessário mais árvores folhosas, um mosaico mais diversificado, onde até podia estar a oportunidade económica”, diz António de Sousa Macedo. E em abono da verdade, no papel, a lei está de acordo. Já havia consciência disto em 1999, quando se elaborou o Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, que continha uma parte da lista de espécies ar-

Já em 1999 se legislou sobre as espécies arbóreas, mas desde então nada aconteceu

Em 2003, ano negro quanto a incêndios, produziu-se legislação revista até agora



GASTA-SE MAIS NO COMBATE DO QUE NA PREVENÇÃO

bóreas que poderão ser utilizadas e por oposição, das espécies exóticas ou invasoras. O mesmo voltou a ser reiterado e desenvolvido no Plano Nacional de 2006 e no Relatório de Monitorização de 2009-2010. “O resultado são florestas desconhecidas e indisciplinadas, que não têm espécies anti-fogo”, diz Fernando Ruas.

Mudam-se as cadeiras e, com elas, os nomes às coisas. “Desde o 25 de abril foram criadas comissões especializadas na prevenção de fogos florestais no âmbito do Ministério da Administração Interna. Mais tarde, três organismos fundiram-se num. A parte da proteção da floresta foi extinta e integrada no Ministério da Agricultura, o que se manteve até 2003, ano de grandes incêndios, que deu origem a mais uma série de legislação que ficou co-

nhecida pela reforma estrutural do setor florestal. Em resultado, foi criada a Direção-Geral da Floresta, com um desmembramento de competências entre a Agência da Prevenção de Incêndios Florestais (APIF) e comissões de reflorestação. Em março de 2006, já com José Sócrates no governo, foi publicado o decreto-lei 124/2006 que reescreveu o 156 de 2004, extinguindo a APIF e as anteriores comissões. As competências voltaram para a Direção-Geral de Recursos Florestais que depois se fundiu com o Instituto da Conservação da Natureza e deu origem ao atual instituto, que não tem capacidade de resposta por falta de recursos humanos, técnicos, financeiros”, afirma Luciano Lourenço, diretor do Núcleo de Investigação de Incêndios da Universidade de Coimbra. ◉



Políticas queimadas

OS PLANOS DE REORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E PREVENÇÃO
DE INCÊNDIOS QUE SUCESSIVOS
GOVERNOS DEIXARAM CAIR.
O QUE FALHOU ATÉ O PAÍS
COMEÇAR A ARDER